

# Democracia como devir: as tensões discursivas na história do campo educacional

## *Democracy as becoming: discursive tensions in the history of the educational field*

Matheus Saldanha do Amaral Reis<sup>a</sup> 

**Resumo** Este artigo propõe uma reflexão sobre as promessas de uma democracia comum a todos, recorrendo aos aportes pós-estruturais e pós-fundacionais de Jacques Derrida, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Argumenta-se que a associação normativa entre educação e democracia, amplamente difundida no campo educacional, opera como um projeto de mundo que, ao pretender ser universal, restringe a emergência de sujeitos e diferenças não previamente imaginadas. A partir da desconstrução derridiana e da teoria do discurso de Laclau e Mouffe, discute-se a precariedade das tentativas de fixação de sentidos de democracia, compreendida como um “significante vazio” em disputa constante. Defende-se, portanto, a necessidade de tensionar concepções essencialistas que buscam estabilizar projetos educacionais homogêneos, revelando seus efeitos de exclusão e violência simbólica. Em contraposição, investe-se na noção de democracia radical ou pluralista, capaz de reconhecer antagonismos e sustentar práticas agonísticas como condição de existência democrática.

**Palavras-chave** Currículo. Democracia. Desconstrução. História da Educação. Teoria do Discurso.

**Abstract** *This article proposes a reflection on the promises of a democracy common to all, drawing on the post-structural and post-foundational contributions of Jacques Derrida, Ernesto Laclau, and Chantal Mouffe. It argues that the normative association between education and democracy, widely disseminated in the educational field, operates as a world project that, while claiming to be universal, restricts the emergence of subjects and differences not previously imagined. Based on Derridean deconstruction and Laclau and Mouffe’s discourse theory, the article discusses the precariousness of*

---

<sup>a</sup> Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPed/UERJ). Professor no Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Educação da UERJ (DSCE/UERJ). Vice-coordenador do Grupo de Pesquisa Conhecimento, Currículo e Avaliação (CONCAVA). Email: matheussaldanhareis@gmail.com.

*attempts to fix the meanings of democracy, understood as an ever-contested “empty signifier.” It therefore defends the need to challenge essentialist conceptions that seek to stabilize homogeneous educational projects, exposing their effects of exclusion and symbolic violence. In contrast, it invests in the notion of radical or pluralist democracy, capable of recognizing antagonisms and sustaining agonistic practices as a condition for democratic existence.*

**Keywords** Curriculum. Democracy. Deconstruction. History of Education. Discourse Theory.

## INTRODUÇÃO

Neste texto, proponho uma reflexão teórica sobre os limites das promessas de um futuro melhor e sobre os sentidos de democracia construídos discursivamente nas discussões históricas do campo educacional, que sustentam a ideia de um ensino de qualidade “comum para todos”. Dialogando com os referenciais teóricos do campo pós-estrutural e pós-fundacional, especialmente com Jacques Derrida (1991, 2006), Chantal Mouffe (1996, 2006, 2015) e Ernesto Laclau (2011, 2013, 2015), aponto para alguns dos potenciais problemas éticos e políticos desta projeção realista de mundo promovida por uma determinada teorização normativa dominante no campo das ciências humanas.

A apropriação destes aportes teóricos tem sido produtiva para tensionar uma dada significação e associação direta entre educação e democracia. Reflexões que sustentam o argumento de que são projetos realistas de mundo que articulam sentidos realistas de conhecimento. Dessa forma, em nome de algo *comum a todos*, esses projetos criam constrangimentos para a emergência de sujeitos ainda não imaginados. Assim como, para as diferenças que não correspondem às expectativas de comum articuladas em projetos de mundo e de projetos educacionais que se colocam como verdadeiramente democráticos e supostamente necessários a todos.

Operando discursivamente, e acreditando na importância política dos *espaçotempos* educativos, defendo ao longo deste texto, a urgente necessidade da construção de novas abordagens teóricas plurais que possibilitem a constante abertura à alteridade, colocando em questão a ideia de comum que vem se destacando nos discursos políticos como capaz de guiar uma construção de um futuro comum que, na verdade, satisfaz apenas as paixões de uma minoria (Mouffe, 2015).

Destaco que esses discursos carregam *traços* (Derrida, 1991) de pensamentos idealistas característicos da modernidade e são dirigidos por uma *fé* em determinados conhecimentos acadêmico-científicos construídos como necessários para uma emancipação democrática dos sujeitos do amanhã. Sustentados por teorias

normativas, o campo de estudo em questão e, conseqüentemente, suas práticas são traduzidas (Derrida, 2006) como um simples *locus* de transmissão e posterior conferência de conhecimentos democráticos essenciais e comuns para todos. Tal condição reflete um preocupante sentido de democratização que visa contornar os conflitos e as suas conseqüentes decisões que se estabilizaram apenas precariamente e provisoriamente (Laclau, Mouffe, 2015) nas condições políticas de uma contemporaneidade marcada por importantes lutas sociais.

Para desenvolver os argumentos em defesa de uma leitura pós-crítica da democracia, apresento, primeiramente, com base em Michael Peters, a construção histórica da democracia moderna, que serve de pano de fundo para a análise dos sentidos democráticos na contemporaneidade. Em seguida, invisto em um processo de teorização com a Desconstrução em Derrida e opero discursivamente com Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, com o objetivo de desestabilizar a tentativa de cristalização de um sentido democrático comum. Por fim, a partir de Mouffe, realizo um investimento radical em uma democracia entendida como *devenir*.

## OS LIMITES DE UMA DEMOCRACIA COMUM

As promessas de um “mundo melhor e mais democrático” passam por constantes processos de ressignificação nos termos e nos discursos políticos até os dias de hoje. No entanto, a historiografia tem sido capaz de reproduzir alguns contornos similares desde as mais importantes revoluções burguesas no Ocidente, ocorridas entre os séculos XVII e XVIII (Hobsbawm, 2007). Este período, marcado pelo auge da modernidade e pelo fortalecimento do desenvolvimento científico como fonte de conhecimento legítimo, elegeu a educação como o ‘lugar’ potencialmente adequado para direcionar a nova sociedade comum rumo a um projeto de mundo futuro próspero e controlável.

Como podemos ver nos trabalhos de Carlota Boto (2003), apesar das diversas conquistas e avanços democráticos alcançados até o presente, a significação da educação básica como um *locus* de consolidação do imaginário de *um* “povo” e de *uma* cultura gerou diversas perturbações ético-políticas na ordem social. Dentre esses inúmeros problemas, destaco aqui a questão que move meus principais processos de teorização na pesquisa em educação: o conceito moderno de que uma escola “verdadeiramente democrática” precisa transmitir um tipo de conhecimento poderoso e comum a todos.

Michael Peters (2000, p.13) me ajuda a entender a modernidade como um movimento filosófico baseado na crença e no avanço de um determinado tipo de conhecimento essencial, desenvolvido a partir da experiência e por meio, princi-

palmente, do método científico. O auge da disseminação do pensamento moderno, ainda segundo o autor, se dá com a filosofia crítica de Immanuel Kant e é reinterpretado ao longo do tempo com a ideia de que o avanço desse conhecimento exige que as crenças tradicionais sejam submetidas, todas elas, à uma rigorosa revisão operada por uma leitura crítica.

No paradigma da modernidade, o qual serve de guia para o desenvolvimento do pensamento educacional (Biesta, 2013), Kant ajuda na fundação de uma lógica que determina que a tarefa principal da educação é a de revelar ou liberar o potencial “para que os sujeitos se tornem plenamente autônomos e capazes de exercer suas ações individuais e intencionais” (Edwards apud Biesta, 2013, p.18). A educação moderna e os processos de teorização que formam o pensamento curricular contemporâneo tornaram-se baseados na pretensão infundada de uma *verdade* única. Essa verdade é apresentada como se fosse adequada para todos, promovendo uma autonomia e um estágio de completude que, na realidade, são limitadores e prejudiciais ao exercício democrático. O conhecimento verdadeiro e esclarecedor faz o “Homem” e quem não consegue obter esse conhecimento é culpabilizado, colocado em um lugar de minoridade, um lugar de atraso.

Nesse sentido, a projeção de um determinado “sujeito” iluminado a partir de um conhecimento *essencializado* em Kant aparece, ao menos dentro dos meus processos pós-críticos de teorização, como pontos de partida importantes para uma leitura possível do pensamento moderno; principalmente para sublinhar as limitações propositivas de um pensamento crítico da modernidade que contraditoriamente aponta para uma liberdade traçando os caminhos pré-estabelecidos para se chegar a uma “democracia livre do futuro” mas não permite desvios, não permite imprevisibilidades, inviabiliza disputas e, em consequência dessas limitações, acaba falhando completamente em ser minimamente democrático e aberto às diferenças enquanto imprevisibilidades que habitam de formas diferentes as realidades que compõem o nosso mundo.

São concepções *essencializadas* de sujeito e sociedade que autorizam a violenta defesa de uma democracia homogênea e sem conflitos. A projeção de um mundo moderno, pautado na aquisição de conhecimentos considerados úteis na fundação de uma sociedade, simplifica as discussões sobre o ensino e condiciona a produção de demandas por currículos e práticas educacionais normativas. Esses currículos são pensados para “dar conta” de resolver os inúmeros problemas inventados ao longo dos processos de formação.

Amparados, assim, por uma cientificidade incontestável e uma nova abordagem com a relação dos sujeitos com o poder, poderíamos finalmente acreditar,

se seguíssimos concordando com os cálculos positivistas, com o estabelecimento de uma determinada “democracia do futuro”. Em um “novo” mundo, seríamos direcionados a pensar em uma construção política livre de inimigos, disputas, diferenças, e por fim, abrindo até mesmo o caminho para se pensar em um mundo livre da própria necessidade de se pensar o “nome” democracia.

Imagina-se, a partir destas “conquistas da modernidade” impulsionadas pela racionalidade acadêmico-científica e pelo direito de liberdade dos *homens*, uma realidade em que o consenso possa ser alcançado plenamente por meio de um diálogo entre sujeitos comuns e civilizados, detentores de um direito reforçado por um conhecimento que ilumina as mentes dos cidadãos justos que habitam uma ficção de realidade gloriosa e superior a todas as outras possibilidades de se pensar a vida e o nosso lugar no mundo.

É exatamente nessa projeção de uma realidade comum a todos, com a possibilidade mesmo que utópica de viver sem conflitos (e me arriscaria a dizer, sem a democracia), que acabam por defender violentos rastros essencialistas promovidos pelas reformas dos pensamentos da modernidade. Chantal Mouffe (2000, p.10) nos alerta para o caráter antidemocrático dessas “novas políticas” que buscam erradicar os antagonismos e a natureza conflituosa da constituição política para promover uma hipotética democratização fundada na consensualidade e no acesso irrestrito a uma *verdade* universal transparente e, portanto, absoluta.

Sustentados por essas teorias normativas e modernizadoras, o campo do ensino é traduzido (Derrida, 2006) como um simples *locus* de transmissão e posterior conferência de conhecimentos democráticos essenciais e comuns para todos. Tal condição reflete um preocupante sentido de democratização que visa contornar os conflitos e as suas conseqüentes decisões que se estabilizaram apenas precariamente e provisoriamente (Laclau, Mouffe, 2015) nas condições políticas de uma contemporaneidade marcada por importantes lutas sociais. A ideia de um mundo melhor no futuro, que tem sido repetida erráticamente como a solução para a superação das discriminações, violências, opressões perpetradas pelas sociedades contemporâneas, se alimenta da significação de educação como projeto salvacionista cuja grande missão seria a construção e efetivação da “democracia”.

Esse “nome”, democracia, vem sendo repetido ao longo da história do pensamento educacional e da teorização política como uma promessa de ponto de chegada, ou melhor, como uma promessa de realização de uma *sociedade do futuro*. Com Derrida (1991) e Laclau (1993, p.104) coloco em questão a possibilidade de se pensar sobre essa e qualquer outra determinação possível para o acontecimento de uma “sociedade”. Coloco também em rasura a própria possibilidade de se pensar

o significado de democracia como algo transparente e bem definido, como uma promessa sólida de um futuro que não passa de uma fina teoria ficcional.

Como aponta Mendonça (2014, p. 146), tal forma de articulação normativa e de projeção de uma realidade busca controlar situações que são, na verdade, incontrolláveis, visto que estamos ontologicamente, nos termos da teoria do discurso e da desconstrução, diante de um social cujos sentidos não podem tornar-se objetivos, ou seja, discursivamente completos, transparentes para a compreensão e para as suas próprias ações como sujeitos ou grupos políticos. Isto posto, toda a tentativa de fixação de sentidos, de promoção de sua sutura final, é sempre vã, impossível. Vivemos no caos (Derrida, 2005), um descontrole que, em tese, deveria assustar muito menos do que a imposição de uma identidade fixada *comum a todos*.

## DESCONSTRUÇÃO E DISCURSIVIDADE

Todas as reflexões até então apresentadas são sintomas de um movimento de desconstrução derridiana (Derrida, 2005) que tenho buscado empreender em meu processo de pesquisa, e inevitavelmente, também vem escapando para a forma com a qual tenho me relacionado com o mundo, com a diferença, e com o Outro que não conheço e não me acho mais capaz de (re)conhecer sem que seja a partir de um movimento potencialmente violento de enquadramento normativo (Butler, 2015), movimento que tenho tentado evitar a todo o custo, mas que admito a dificuldade em fazê-lo sem deslizar em alguns momentos.

Como hipótese, posso dizer que essas dificuldades epistemológicas e políticas se dão pelos firmes enraizamentos das tradições da modernidade as quais vem sendo impostas desde o momento em que viemos ao mundo e começamos a discutir as formas como podemos ocupá-lo politicamente, nos condicionando a encarar as diferenças a partir de certos binarismos que facilitam a assimilação das relações sociais, simplificando muitas vezes o que não pode ser simplificado, principalmente se pensamos coletivamente em um mundo vivido com o Outro como pura alteridade (Lévinas, 1991). Nesse sentido, a desconstrução é um movimento que tem me possibilitado ampliar as perspectivas da realidade em que vivo, perturbando também as certezas que se estabelecem historicamente com os intensos e intermináveis questionamentos transcendentais que levam “[...] em conta a possibilidade de ficção, do acidental e da contingência” (Derrida, 2005, p.159).

A desconstrução em Derrida aparece para mim como um intenso movimento de questionamento e perturbação das hegemonizações que tendem a buscar por simplificadas oposições binárias para justificar as tentativas de fixação de sentidos de mundo e de identidades projetadas para se viver em um mundo ideal, um

mundo que se pretende como comum. Entendo, admitindo uma tentativa sempre falha de apreender e traduzir (Derrida, 2006) as infinitas significações, a investida desconstrutiva derridiana como um irrecusável convite para se pensar a realidade de uma outra forma. Um constante “e se” que tensiona qualquer tentativa de fixação e/ou decisão que tenta se estabelecer nas relações sociais e, conseqüentemente, nas relações políticas.

Pensar com a desconstrução me oferece alternativas *antiessencialistas* para refletir sobre minha realidade e as diversas outras realidades das quais faço parte, sem recorrer a um processo violento de reconhecimento que potencialmente silencia outros discursos e vidas. Esse reconhecimento, alinhado a uma noção de “comum” que bloqueia as possibilidades de imaginar um futuro melhor, coloca nossos sonhos em desacordo com utopias e possibilidades de mundo, rompendo com nossas paixões e as dimensões do *político* (Mouffe, 2015).

A minha aproximação com os estudos pós-estruturais e pós-fundacionais e as leituras do filósofo da diferença, Jacques Derrida (1991, 2006, 2014), me estimulam a pensar sempre em outros tipos possíveis de narrativas para explicar o que ainda chamamos de realidade. Essa possibilidade de leitura do mundo não se configura como uma tentativa de sobreposição de uma realidade definitiva com fundamentos *a priori*. Aposto, na verdade, que esse exercício constante de questionamento e de abertura à alteridade possa estimular a infinitas interpretações de realidades possíveis. A sociedade é um texto em aberto, o que me condiciona a incitar um jogo político cada vez mais inesperado e acessível às diferentes demandas sociais.

O interesse pelo “texto” em Derrida parte, principalmente, da sua profunda crítica ao logocentrismo ocidental, especificamente europeu, na organização da natureza social, política e ontológica do mundo. O filósofo acaba “definindo” a textualidade logocêntrica como uma “[...] metafísica da escritura fonética, que, em seu fundo, não foi mais do que o etnocentrismo mais original e poderoso” (Derrida, 2008, p.3) que, por sua vez, tenta impor e regularizar o próprio conceito de escrita, e da própria história da metafísica.

O logocentrismo é criticado por Derrida pelas tentativas de fixação de formas pré-concebidas e sentidos, além de palavras e ideias com significados imutáveis. Assim, de forma um pouco mais categórica, a desconstrução derridiana se fortalece na oposição à compreensão de linguagem como representação plena e transparente dos fenômenos sociais e do mundo material. Afinal, para Derrida (2008), qualquer relação entre a linguagem e os objetos que nomeamos só se torna inteligível por processos incessantes de *tradução*.

Distante de ceder às condições de centralidade e das normas definitivas e irretocáveis do logocentrismo na tradição ocidental contemporânea, Derrida (1991, p. 35) investe então na ideia da *différance* como uma forma “[...] de atravessar a ordem do entendimento”, transpondo além dos limites de sistemas fechados, abordando a diferença como ontológica e, com isso, criando um espaço heterogêneo e infinito para pensar a filosofia e a vida. O autor defende e opera com a ideia de escritura, entendendo que nada está sujeito à autoridade de quem escreve, valorizando os inevitáveis processos de negociação, de tradução e de diferimento.

Assim, a desconstrução não é uma simples metodologia de pesquisa, não é passível de uma ativação manual para resolver os desafios que são colocados à nossa frente, e não *serve* para dar respostas definitivas capazes de salvar a educação. Segui-la é exaustivo e, ao mesmo tempo, efetivamente incontornável, pois a desconstrução está presente nos processos de negociação e tradução que acontecem mesmo quando pensamos que um manual, um currículo prescrito e comum está sendo desenvolvido em sala de aula, porque qualquer tentativa de controle é impossível e encontra os seus limites na manifestação intraduzível dos processos de diferenciação presentes nas relações humanas.

Questionamos naturalmente o alcance democrático de uma política que se estabelece como justa e comum *para todos*, estando ou não em uma posição de poder capaz de gozar dos benefícios de uma determinada ideia de comum, por acreditarmos na possibilidade da emergência do diferente na luta pela democracia. Qualquer tentativa de controle e de produção de identidades é impraticável e encontra os seus limites na manifestação intraduzível dos processos de diferenciação presentes nas disputas hegemônicas (Laclau, Mouffe, 2015). Toda tentativa de controle opera algum tipo de violência.

Na medida em que projetos de realidade ganham espaço na política e nos projetos oficiais que se colocam como “verdadeiramente democráticos”, pressupondo a existência de *algo* comum que deve ser transmitido e prontamente adquirido por todos, entendo que operar discursivamente com uma postura desconstrutiva se torna um movimento necessário para expor as *limitações* e abre a oportunidade de perturbar/tensionar os crescentes discursos que operam com concepções de sujeito que autorizam projetos identitários prontos, únicos (comuns), os quais legitimam o privilégio concedido a determinados conhecimentos curriculares, selecionados para preencher a identidade comum projetada como a mais adequada para a realização de uma *democracia do futuro*.

A formação dessas Identidades pressupõe a apropriação de determinados conteúdos essenciais que deveriam ser comuns a todos, uma tentativa de natura-

lização da *différance* que potencialmente acarreta violências ético-políticas com possíveis efeitos perversos à alteridade (Macedo, 2017). As tentativas de controlá-los terminam, portanto, por criar constrangimentos para que o outro possa se realizar como presença singular em um mundo habitado por diferenças (Biesta, 2013).

As contribuições da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2015) articuladas com os operadores derridianos são o construto teórico-analítico que me ajudam diretamente nesta empreitada. Uma aposta teórica em que proponho desafiar a ideia de uma essência com o entendimento de que todo projeto de formação comum se sustenta em uma universalidade pressuposta que deve ser comum a todos. Uma ideia que, comumente, é aceita, reiterada e energicamente defendida no campo da educação ao longo de sua breve história.

Ernesto Laclau (2011) entende a dimensão do discurso como o conjunto de fenômenos de significação produzidos socialmente, um terreno indecível de proliferação de ideias com inscrições políticas no qual uma sociedade como tal se baseia. Não se trata, assim, de considerar o discurso como um simples plano ou uma dimensão do social, mas como tendo o mesmo significado que o social. Laclau (2013, p.87) destaca ainda que uma suposta dimensão não discursiva não seria um oposto ao discursivo, como se ele pudesse estar lidando em sua análise com dois planos que pudessem ser diferentes, porque não há nada social que seja determinado fora do discurso.

Atravessada pela desconstrução derridiana, compreende-se discursivamente que a história e a sociedade são um texto inacabado, sendo sempre escrito, reescrito, rasurado e, conseqüentemente, necessariamente reinterpretado por aqueles que tem interesse em entender as relações sociopolíticas que se desenvolvem no presente, no agora.

O discurso é uma prática articulatória que constitui as relações e as formações sociais construindo e reconstruindo ativamente os seus significados. Para Howarth (2014, p. 258), o discurso laclauniano também pode ser entendido como uma prática de articulação na medida em que é capaz de interligar elementos contingentes, formando “sistemas relacionais” nos quais a identidade dos elementos é modificada como resultado de uma prática. Assim sendo, uma importante condição para qualquer prática articulatória, incluindo nesse jogo as práticas hegemônicas, é a contingência radical de todos os elementos sociais e naturais que podem sempre ser constituídos de diferentes formas, complicando os mapas que se colocam capazes de ler de forma transparente as constituições políticas e as relações constituídas no social.

Com a Teoria do Discurso, Laclau (2011) se distancia completamente de uma ontologia fundacionista ou essencialista, movendo-se em direção a uma ontologia política pós-fundacional. Ele entende que qualquer tentativa de constituição de uma realidade ou de um sujeito será sempre radicalmente contingente. A interpretação rígida de qualquer fato social é limitada por um exterior constitutivo e está intrinsecamente aberta a deslizamentos, falhas, erros, contradições e contestações

Operando com a compreensão de discurso como prática de significação, e defendendo com Laclau e Mouffe (2015, p.39) que “[...] toda configuração social é significativa”, os autores me ajudam a entender as hegemonias como um resultado provisório de práticas articulatórias particulares, que buscam constituir a universalização de um discurso, procurando fixar sentidos como tentativas/promessas que visam alcançar a plenitude que falta ao social. Uma falta que sempre será sentida, pois as relações hegemônicas são constituídas através de cadeias de equivalências que anulam suas particularidades em nome de um projeto político sempre em constante movimento.

Assim, para Laclau (2011), a constituição de uma hegemonia é um processo em que um discurso particular passa a representar algo que é maior do que ele, perdendo qualquer rastro de essência que poderia ser assimilado a ele próprio. A perspectiva universal e particular vista tradicionalmente como uma dicotomia em processo turbulento de disputa pelo poder é rompida e passa a ser pensada por Laclau (2011) como mutuamente referenciadas nos jogos da política.

Apresentando-se como universal, o discurso que representa um “nós” contra “eles” precisa incorporar sentidos diferenciados para sobreviverem às disputas por significação e à precária estabilização de uma nova hegemonia, portanto, os diferentes “nós” acabam sendo interpretados por algo que não são. Isso não quer dizer que “a impossibilidade de um fundamento universal não elimine a sua necessidade” (Laclau, 2011, p.97), porém, a ideia de um fundamento ou um fechamento é transformado discursivamente em um lugar vazio que pode ser parcialmente ocupado de várias maneiras. As estratégias para a ocupação desse lugar são exatamente a matéria da política, dizem respeito especialmente a possibilidade de uma política democrática que nunca pode se dar como garantida (Mouffe, 1996) e, para isso, deve ser construída discursivamente pela e com as diferenças em seus mais variados projetos de mundo.

Esse efeito discursivo acontece, pois, como mencionado anteriormente, as particularidades são articuladas sempre em cadeias de equivalência, mas mantendo importantes relações diferenciais entre elas. Então, uma Democracia como uma promessa universal, com princípios, regras e demandas gerais a serem seguidas à

risca para a realização de um futuro melhor é colocada em questão quando Laclau e Mouffe (2015) afirmam que a constituição de hegemonia é um processo incessante de produção e de articulação de sentidos que impendem as suas completas fixações, uma vez que quanto maior a proliferação de significados, maior a articulação e mais intensas as disputas por significação. Sendo assim, mesmo que o “nome” democracia, as defesas e as demandas que retroalimentam a reafirmação desse nome ao longo da modernidade aparentem plena estabilidade, na verdade, é mais uma articulação hegemônica precária que se encontra em ruínas – e a maior prova disso é a existência deste e de diversos outros trabalhos de pesquisa que questionam as promessas universais democráticas do tempo presente.

Perturbando com Laclau (2011) a dicotomia binária da modernidade entre a ideia da particularidade e do universalismo, considero a simplificação da política democrática, significada como uma política universal que carrega uma promessa final de algo *comum a todos*, uma ideia problemática e insuficiente para pensarmos o nosso lugar no mundo e a nossa potencialidade como produtores e participantes da política.

Laclau e Mouffe (2015) afirmam que o processo de articulação de diferenças particulares é essencial para a constituição de uma hegemonia. Especialmente Laclau (2011, p.105) com a ajuda da desconstrução e da *différance* em Derrida, defende que um determinado particular só pode se realizar plenamente se mantiver continuamente aberta – e continuamente redefinir – sua relação com o universal. Laclau e Mouffe (2015) ainda ressaltam que o discurso hegemônico que passa a ser concebido como universal é carregado de sentidos particulares permanentemente em disputa, indo totalmente de encontro com a incessante busca pelos fechamentos dos significados e das realizações democráticas na contemporaneidade.

Defendo, com Laclau e Mouffe (2015), que não existe qualquer fundamento único, fixo e definido *a priori* que possa explicar, de forma definitiva, o funcionamento do social e a sustentação teórica que aponta para a possibilidade de uma democracia que seja comum e absoluta para todos. Os autores fazem essa afirmação inspirados nas contribuições de Jacques Derrida sobre a impossibilidade de conter-se o processo de significação, de estancar a produção de sentidos sobre os fenômenos sociais. No entanto, não se trata de simplesmente negar a existência de fundamentos, mas de afirmar a precariedade e a contingência deles, assumi-los como construções discursivas.

Penso nesses fundamentos a partir da ideia de contingência, assumindo que tudo pode acontecer, sendo impossível afirmar de antemão se aquilo que se projeta nos processos de teorização pode ou não ser efetivamente realizado ou

identificado em nossas análises. Com os autores, reafirmo que tudo é da ordem da imprevisibilidade, e, portanto, sem fundamentos fixos ou essencialismos que possam atestar se algo vai ou não acontecer da forma prevista. Laclau e Mouffe (2015) explicam essa precariedade e contingência rompendo com a ideia de social como estrutura fechada e totalizante para pensá-la como textualidade em que a política emerge como dimensão ontológica do social e, assim, a categoria discurso assume papel central.

Tenho me apropriado da ideia de tradução derridiana para argumentar sobre a impossibilidade de uma ordem, de um desfecho, e enfim, da certeza do “nome” democracia. A tradução, em si, é apresentada por Derrida (2006) como uma tarefa impossível, traduzir o intraduzível, dado que “[...] a multiplicidade irreduzível de línguas exhibe um não-acabamento, a impossibilidade de completar, de totalizar, de saturar, de acabar com qualquer coisa que seria da ordem da edificação”, como destacam Cunha e Costa (2015, p. 5).

Em Derrida (2006), a tradução pode ser entendida como um dos “sintomas” da ordem da *différance* em sua ausência de centralidade e de origem. A tradução doa-se à infinita substituição e é assim que escapa as tentativas de fixação de sentidos em estruturas fechadas de significação.

A articulação tradutória impõe-se como traição permanente à possibilidade de sentidos originais. Em interlocução com Derrida, Mouffe (2003) vai defender que a impossibilidade de fixação completa de sentidos possibilita a manifestação dos conflitos em prol de uma democracia de caráter radical. Essa é uma ideia de democracia que inclui a diferença, o imprevisível e o imponderável, como fatores de deslizamento em relação à dualidade confortável entre os conceitos de igualdade e de liberdade - os pilares democráticos estruturais. As diferenças impõem-se nos jogos políticos desestabilizando discursos que se articulam a partir de consensos instáveis e provisórios, tais como as promessas universais que se pretendem comuns a todos no campo da política, tal qual nos campos de formação.

Trago a influência da tradução derridiana no trabalho de Laclau (2011), pois me ajuda a refletir sobre como o “nome” democracia, fixado na autoridade irretocável dos seus significados progressistas para a política moderna e livre dos homens, não pode mais ser compreendido como único. Seus diferentes sentidos, principalmente os quais ocupam um temporário lugar de poder nas intensas disputas precárias pela hegemonia (Laclau, Mouffe, 2015) reforçam promessas universais de conhecimentos e currículos capazes de revelarem uma verdade objetiva e universalizante. Uma forma única e pré-estabelecida de se “chegar a algum lugar”, de ser alguém, de ser um sujeito que faz parte de um “povo”.

Com Derrida (1991), Laclau (2011) e Laclau e Mouffe (2015), defendo que a formulação desses projetos se sustenta na admissão da existência de fundamentos fixos que possam conferir legitimidade a eles – fundamentos que asseguram a dimensão de universalidade atribuída a eles. Entretanto, partindo dos aportes teóricos assumidos é possível afirmar que se trata de uma legitimidade estabelecida em um jogo de linguagem próprio (Lyotard, 1986), em que o fundamento assumido como pressuposto é também resultado de construção discursiva que justifica e legitima o projeto concebido como universal.

Ainda operando discursivamente, venho assumindo a democracia como um “significante vazio” (Laclau, 2013), que para Laclau, não se configura como uma deficiência, nem sequer é provocado simplesmente pelo resultado de um excesso, “mas precisamente com a possibilidade teórica de algo que aponta, de dentro do processo de significação, para seus próprios limites” (Laclau, 2011, p.38).

“Significantes vazios” se sustentam contingencialmente nas relações políticas, como é o caso da democracia e de outros “nomes” que aparecem diversas vezes no discurso educacional como, por exemplo, a qualidade da educação, a justiça ou a promessa de cidadania. No entanto, a constituição de hegemonia em torno de significantes vazios, pressupõe a proliferação de significados que impedem o fechamento pleno da significação. Daí o esvaziamento do significante. O vazio é ensurdecador, não é um silêncio ou um simples conforto que possa remeter a algum tipo de estabilização. O “significante vazio”, por sua vez, expõe as marcas de um conflito histórico pelo processo de significação de uma possibilidade de democracia. O vazio é a vida, é o *espaçotempo* de um necessário conflito pela representação possível de um importante signo no campo político e social.

Os significantes vazios são importantes para a política porque são condição para a democracia entendida como processo discursivo em construção aberto às disputas contingentes por significação sempre precária. Ele expressa as fragilidades das tentativas de fixação em contextos sociais constituídos por incessantes e ininterruptas lutas por hegemonização.

A tensão natural entre um limite constitutivo e a impossibilidade de representação geral de algo que fica de fora da estrutura do signo produz este vazio. A noção é definida pelo autor como um objeto que é “necessário e ao mesmo tempo impossível” (Laclau, 2013, p. 119) e é exatamente trabalhando neste vazio, teorizando com a ordem do impossível, que entendo ser viável trabalhar e tensionar os sentidos de democracia ao longo deste trabalho. O “significante vazio” para este artigo, em diálogo com as colaborações teóricas de Laclau e Mouffe, expõe as

marcas e a possibilidade de continuidade de um conflito histórico pelo processo de significação do signo democrático.

### **POR UMA DEMOCRACIA RADICAL**

O fato de a democracia ser um significante vazio demonstra a importância desse “nome” e, ao mesmo tempo, a cautela necessária para interpretá-lo na constituição política e na organização social. O desejo de se definir um significado fixo para a democracia e de operar o seu funcionamento é tão intenso que, constantemente, tenta-se cristalizar os seus possíveis sentidos em promessas para diferentes usos dentro do jogo político. Decifrar, mesmo que parcialmente, como a democracia vem sendo entendida pelas arquiteturas de mundo que se fazem dominantes e disputam espaço político pela hegemonia, me parece incontornável para compreender, conseqüentemente, as leituras que estão sendo feitas do papel democrático na educação e a importância das produções curriculares para as nossas diversas realidades políticas e sociais.

Como bem sublinha Lopes (2013, p.13), toda estrutura “[...] repousa sobre um certo fundante que garante a sua estruturalidade, orienta a estrutura, mas sempre faz referência a uma presença, a um fundamento que não pode se explicar no interior da própria estrutura. A estrutura exige uma relação com um exterior que a constitui”. À vista disso, Lopes (2013) reafirma a necessidade de pensar a própria estrutura como uma construção discursiva, relacional e aberta, sem que isso possa implicar em assumir uma postura antifundacional ou contrária às contribuições das correntes de pensamento pós-críticas de uma forma geral. Esse recorte, na verdade, reforça ainda mais a necessidade de tensionar fixações provisórias que tentam carregar em si qualquer *rastro* (Derrida 1991) de legitimidade, pois todo fundamento é apenas uma construção discursiva necessária e contingente.

A democracia não está em profunda crise como apontam os populismos de direita e/ou os movimentos de extrema-direita crescentes em toda a face ocidental do globo, muito pelo contrário, ela continua sendo a nossa grande esperança frente aos projetos de comum que tentam insistentemente *economizar* (Macedo, 2017) e simplificar todas as nossas relações, direitos e existências sociais. Entendê-la como distante de ser garantida nos dá a oportunidade de continuar lutando democraticamente por um mundo melhor com as diferenças. Essas são algumas das reflexões que sustentam a compreensão de que não há discurso político ou projeto de mundo enunciado por meio de um projeto político educacional capaz de ocupar permanentemente o lugar de uma ordem definitiva, capaz de cessar definitivamente os processos de significação, de negociações e de traduções, saturando o social.

Podemos ainda ir mais além, defendendo com Mouffe (2003) a *indesejabilidade* desses projetos pelo seu caráter antidemocrático, visto que não existe nada fora do discurso que possa atestar de forma cabal a maior legitimidade de um projeto e/ou de um sentido sobre outras tantas possibilidades de significação. Essa é uma compreensão do funcionamento do social que favorece a sua “hiperpolitização” (Mouffe, 2003), dado que a legitimidade só pode ser assegurada, sempre de forma precária e provisória, nas lutas políticas contextuais.

Projetos de formação totalizantes e universais só podem se sustentar em um “comum” e em um “todos” genéricos - sujeitos pensados *a priori*, cuja formação pressupõe determinados conteúdos também selecionados *a priori*. São as tentativas de controlar o imponderável que nos constitui como “[...] seres linguageiros, cindidos e precários” (Lopes, 2013, p. 8), e nessas tentativas de controlar o incontável se fortalece e favorece a tentativa de apagamento das diferenças.

Contrária à linha essencialista de pensamento que sustenta a superação dos antagonismos na/da política, Chantal Mouffe (1996, 2000, 2003, 2015) propõe uma radicalização da democracia, exaltando o pluralismo como a manifestação mais autêntica do exercício democrático. Nesse sentido, a autora denuncia fortemente a falta de espaço para disputas nas fábulas que sustentam as perigosas pretensões universalistas, uma ausência que condiciona a projeção de uma democracia comum e harmônica em um dado futuro inexistente.

Os novos “inimigos” da paz perpétua de Kant (1985), um projeto de mundo comum e “verdadeiramente democrático” em moldes muito similares aos que os pensadores modernos propunham em suas projeções para a política, seriam agora aqueles que desafiassem a prometida ordem democrática. A paz absoluta, artificialmente conquistada, cria estrangulamentos para a emergência das diferenças e para os conflitos que sempre caracterizam o campo da política. Qualquer desvio de rota é interpretado pelas conceitualizações da modernidade como uma falha a ser corrigida, como um problema “antidemocrático” a ser eliminado – e aqui, trata-se de ser eliminado, não apenas do jogo da política, mas da própria possibilidade de existir.

Em constante desafio a uma ordem global estabelecida, a democracia radical (ou pluralista) segundo Chantal Mouffe (2003) é condicionada pela articulação discursiva nas relações sociais. Nessa perspectiva, as teorias pós-estruturais e pós-fundacionais se apresentam como uma possibilidade alternativa para significar democracia, evitando a pretensão interpretativa de essencializar e definir “o que é a democracia” ou “como deveriam ser” os processos democráticos para alcançarmos um mundo comum pré-estabelecido.

Para Mouffe (2003), a radicalização democrática pressupõe a presença dos antagonismos, de outras possibilidades de significação do mundo. Para Mouffe (1996), as disputas antagônicas são a principal condição de existência e manutenção das próprias possibilidades das políticas democráticas.

Assumindo com Laclau (2011) os antagonismos e as disputas por poder como elemento intrínseco da construção política, Mouffe irá condicionar a construção da democracia a um constante abertura para o Outro, para o diferente como um adversário legítimo dentro de uma infundável, precária e contingente *escrita* da política.

Para pensar em um horizonte democrático, venho nas minhas últimas investidas de leitura e pesquisa, me aproximando cada vez mais de um “modelo” chamado por Chantal Mouffe de “pluralismo agonístico” (Mouffe, 2006, p.174) por considerar ser importante, principalmente no momento que vivemos, entender o diferente não como um inimigo a ser destruído, mas como adversário, com ideias diferentes, cuja existência é necessária para o próprio funcionamento político de uma sociedade que conquistou muito bravamente seus direitos democráticos nos últimos anos.

Para o pluralismo agonístico, a tarefa primordial da política democrática não é eliminar as paixões da esfera do público, de modo a tornar possível um consenso racional, mas mobilizar tais paixões em prol de desígnios democráticos. Uma das chaves dessa tese (...) é que, longe de pôr em risco a democracia, a confrontação agonística é, de fato, sua condição de existência. (Mouffe, 2006, p.175).

O *agonismo* me orienta a pensar que o consenso só pode ser imaginado como o resultado temporário de uma hegemonia que sempre é contingente e provisória, como um sintoma de uma estabilização de um poder que, inevitavelmente, acarreta alguma forma de exclusão em seu estabelecimento. O reconhecimento dessa exclusão, o reconhecimento da diferença na política, é importante para o entendimento da política democrática como um todo, pois ela não é uma imposição segura, ela não é inquestionável e abrangente a todos. Como bem coloca Chantal Mouffe (2006, p.117), “ao precaver-nos contra a ilusão de que uma democracia perfeitamente bem-sucedida possa ser alcançada, força-nos manter viva a contestação democrática.”

A radicalização democrática em Mouffe orienta meus interesses de pesquisa, pois revela que nada está garantido e que o contexto social e político é amplamente aberto às disputas e ao dissenso. E dessa perspectiva, interpreto a teorização

curricular questionando a ideia de que um currículo único, melhor para todos, pode ser democrático. A democracia radical em Mouffe mantém viva a chama da desconfiança em relação a qualquer projeto de mundo que tente controlar o diferente ou normatizar o que é certo ou errado em nome de um suposto bem comum.

Compreendo que ao questionar *uma* democracia, também podemos potencialmente perturbar as pretensões essencialistas de diversos processos de teorização do campo do pensamento educacional em seu cerne, pois inúmeras linhas de pensamento no campo curricular utilizam esse “nome” e as suas conseqüentes promessas para reforçar missões salvacionistas impossíveis de serem realizadas no campo educacional. A partir deste ponto, adoto uma postura radical na análise da teorização política, aceitando um pluralismo agonístico que rejeita o consenso racional e projetos de mundo que pretendem ordenar a sociedade em direção a um futuro comum. A pretensão de estabilização, mesmo que impossível, deve ser prontamente rejeitada em prol de uma construção democrática dos currículos.

Adoto uma abordagem agonística compreendendo que os termos da democracia devem ser disputados e entendidos sempre como temporárias dentro das propostas de formação política. Assim como um texto em constante tradução, é necessário promover uma abertura contínua ao Outro, ao ineditismo e aos acontecimentos imprevisíveis da nossa jornada cotidiana. Portanto, é violento admitir como democrático um projeto educacional e/ou uma projeção qualquer de realidade que pressupõe uma única versão de democracia, uma única leitura possível do mundo e, por fim, uma única versão de sujeito.

Tensionar as realizações democráticas é abrir caminhos para que os outros venham e construam as possibilidades de realidade conosco. É admitir que nada temos e nada teremos em comum. É aceitar que, felizmente, não chegaremos em um *mundo comum* e que vivemos em uma sociedade rica em cores e texturas. Rica de diferenças que jamais iremos compreender em sua mais bela ausência de plenitude.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto não possui a prepotência de indicar um único caminho ou teoria definitiva capaz de solucionar as questões inerentes à democracia, mas visa contribuir com a revisão de algumas pretensões de verdade que tentam se estabelecer como inabaláveis no campo das ciências humanas. Não deixo de acreditar na construção de um mundo melhor ou de buscar uma educação melhor, mas reviso o olhar sobre o que se pretende como algo comum a todos sob o nome de democracia.

O compromisso que assumo como educador e pesquisador é um compromisso que pressupõe responsabilidade ética com o outro (Derrida, 2007). Em nome

desse compromisso, defendo a qualidade da e para a educação e me insiro na luta por significação de uma qualidade que não se pautar por métricas, normas e/ou decisões tomadas *a priori*.

O mundo do futuro que está sendo projetado e perseguido como o “mundo ideal” possui estruturas de sustentação muito rígidas, mas mesmo com essa rigidez, podemos olhar para os seus limites em busca de alguns rastros (Derrida, 1991) para elucidar uma pequena parte dos nossos questionamentos e desestabilizar o que é colocado como o certo. Defendo, mesmo com o nosso desejo costumeiro de apontar para o problema em busca de uma simples resolução, que essas pistas são apenas traços, sinais de uma possível tentativa de fixação que já está na ordem da recordação, trazendo em si o esquecimento, a impossibilidade total de compreensão e tradução.

Portanto, embora seja tradicionalmente interessante para um artigo acadêmico demonstrar resultados e soluções em um esforço pontual de fixação, não me sinto confortável em perpetuar promessas ilusórias. Objetivo neste espaço construir uma reflexão que ajude parte dos pesquisadores do campo educacional e das ciências humanas a pensarem o processo de construção democrática na política como devir, como promessa de inclusão do Outro como pura alteridade sem garantias, no conflito e com as diferenças.

## REFERÊNCIAS

- BIESTA, Gert (2013). *Para além da aprendizagem: educação democrática para um futuro humano*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- BOTO, Carlota (2003). A civilização escolar como projeto político e pedagógico da modernidade. *Caderno Cedes*, v.23, n.61, p. 378-397.
- BUTLER, Judith (2015). *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CUNHA, Érika Virgílio Rodrigues da; COSTA, Hugo Heleno Camilo (2015). Currículo, tradução e controle. In: *37º Reunião Nacional da ANPED - Plano Nacional de Educação: tensões e perspectivas para a educação pública brasileira, 2015*, Florianópolis - SC. *37º Reunião Nacional da ANPED - Plano Nacional de Educação: tensões e perspectivas para a educação pública brasileira*. Florianópolis (SC): Gráfica e Editora Copiart Ltda – EPP. trabalho-gt12-4152.pdf (acesso em 19/09/2025).
- DERRIDA, Jacques (1991). *Margens da filosofia*. Campinas: Papirus.
- DERRIDA, Jacques (2005). *Pensar a desconstrução*. São Paulo: Estação Liberdade.
- DERRIDA, Jacques (2006). *Torres de Babel*. Belo Horizonte: UFMG.
- DERRIDA, Jacques (2008). *Gramatologia*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva.

- HOBSBAWM, Eric (2007). *A era das revoluções*. Europa, 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HOWARTH, David (2014). *Ernesto Laclau: post-Marxism, populism and critique*. Nova York: Routledge.
- KANT, Immanuel (1985). *Textos Seletos*. 2. ed. Petrópolis: Vozes.
- LACLAU, Ernesto (1993). Posmarxismo sin pedido de disculpas. In: *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- LACLAU, Ernesto (2011). *Emancipação e Diferença*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- LACLAU, Ernesto (2013). *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal (2015). *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo, Intermeios.
- LÉVINAS, Emmanuel (1991). *Entre Nous*. Essais sur le penser-à-l'autre. Paris: Éditions Grasset & Fasquelle.
- LOPES, Alice Casimiro (2013). Teorias pós-críticas, política e currículo. *Educação Sociedades e Culturas*, Porto, n. 39, p. 7-23. <https://ojs.up.pt/index.php/esc-ciie/article/view/311> (acesso em 19/09/2025).
- MACEDO, Elizabeth (2017). Mas a escola não tem que ensinar? Conhecimento, reconhecimento e alteridade na teoria do currículo. *Currículo sem fronteiras*, v. 17, n. 3, p. 539-554. <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol17iss3articles/macedo.pdf> (acesso em 19/09/2025).
- MENDONÇA, Daniel de (2014). O Limite da Normatividade na Teoria Política de Ernesto Laclau. *Lua Nova*, São Paulo, v. 91, p. 135-167. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452014000100006>
- MOUFFE, Chantal (2000). *The Democratic Paradox*. London and New York: Verso.
- MOUFFE, Chantal (2003). Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. In: *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 1, n.3, p. 11-26. <https://doi.org/10.5007/%25x>
- MOUFFE, Chantal (2006). Por um modelo agonístico de democracia. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n. 25, p. 165-175. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782005000200003>
- MOUFFE, Chantal (2015). *Sobre o Político*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- PETERS, Michael (2000). *Pós-Estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução*. Belo Horizonte: Autêntica.